

A LOA 2026 APROVADA CONSOLIDA O ESTRANGULAMENTO DO FINANCIAMENTO DA PESQUISA PÚBLICA NO BRASIL

A Academia Brasileira de Ciéncias (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciéncia (SBPC) vêm a público manifestar profunda preocupação com os números da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, aprovada pelo Congresso Nacional. A versão aprovada consolida um quadro de restrição estrutural ao financiamento da pesquisa pública, em contraste com o reconhecimento reiterado, por diferentes instâncias do Estado brasileiro, de que ciéncia, tecnologia e inovação são pilares da soberania nacional, do desenvolvimento econômico e da justiça social.

Os dados finais da LOA 2026 revelam que, no curso da tramitação parlamentar, os principais instrumentos de fomento à pesquisa e à formação de recursos humanos sofreram cortes adicionais em relação à proposta originalmente enviada pelo Poder Executivo, aprofundando a fragilidade orçamentária do sistema nacional de ciéncia e tecnologia.

No caso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o orçamento aprovado para 2026 representa uma redução real da capacidade de fomento, com impacto direto sobre bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado, pós-doutorado e modalidades estratégicas, inclusive aquelas voltadas à inovação e ao empreendedorismo. Ainda que a ação de fomento à pesquisa (20US) tenha sido mantida praticamente estável em termos nominais, esse resultado é insuficiente para compensar o recuo expressivo nas bolsas, que constituem o eixo estruturante da formação científica no País.

CNPq: orçamento geral e bolsas de pesquisa

- Orçamento final do CNPq (LOA 2026): **R\$ 1,738 bilhão**
- **Redução de R\$ 92,4 milhões** em relação ao PLOA enviado pelo Executivo
- Perda de R\$ 132,6 milhões (-7,08%) em relação à LOA 2025

Bolsas do CNPq (todas as modalidades):

- Orçamento aprovado: **R\$ 1,199 bilhão**
- Corte líquido de R\$ 91,5 milhões em relação ao PLOA

A situação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é particularmente grave. O orçamento aprovado implica perda real de capacidade de

financiamento da pós-graduação brasileira, afetando tanto o ensino superior quanto a formação de professores da educação básica. Em um contexto de expansão das

Capes: orçamento geral e pós-graduação

- Orçamento final da Capes (LOA 2026): **R\$ 4,726 bilhões**
- **Redução de R\$ 359,3 milhões** em relação ao PLOA enviado pelo Executivo
- Redução de R\$ 356,8 milhões (-7,2%) frente à LOA 2025

Bolsas da Capes (total):

- Orçamento aprovado: **R\$ 3,859 bilhões**
- Corte líquido de R\$ 305,1 milhões em relação ao PLOA

demandas científicas e tecnológicas do País, a compressão do orçamento da Capes compromete a formação de recursos humanos altamente qualificados e fragiliza a inserção internacional da ciência brasileira, elemento central para a soberania científica e tecnológica do País

As Unidades de Pesquisa do MCTI, responsáveis por áreas estratégicas como clima, espaço, biodiversidade, física, computação científica e tecnologia industrial, obtiveram apenas recomposição marginal. O orçamento aprovado permanece insuficiente para assegurar funcionamento básico, manutenção de equipamentos e continuidade de projetos estratégicos, configurando um quadro de subfinanciamento crônico da infraestrutura científica nacional.

Unidades de Pesquisa do MCTI

Orçamento final das UPs (P&D): **R\$ 62,19 milhões**

- Acréscimo líquido de **R\$ 634,9 mil** em relação ao PLOA enviado pelo executivo.
- Valor corresponde a apenas **16,5% do montante demandado** pelas unidades
- 15 das 17 unidades sofreram cortes em ações específicas

O conjunto desses números explicita uma contradição central da política pública atual e revela a insuficiente compreensão, por parte do Poder Executivo e do Congresso Nacional, acerca do papel estruturante da ciência para o desenvolvimento do país.

Embora o Brasil esteja em processo de construção da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), enquanto instrumento orientador da política de Estado, que reconhece a ciência como eixo estratégico da transição ecológica, da transformação

digital, da inovação produtiva e da redução de desigualdades, o processo orçamentário segue em sentido oposto. Recursos da ciência e da tecnologia são reduzidos na proposta encaminhada pelo Executivo e, posteriormente, retirados pelo Congresso para ampliar o volume de recursos destinados às emendas parlamentares, em detrimento do financiamento estrutural da ciência.

O orçamento efetivamente aprovado, assim, desestrutura a base do sistema científico, comprometendo a pesquisa pública, a formação de pesquisadores e a sustentabilidade institucional das entidades de fomento. Não se trata de uma reivindicação setorial ou corporativa, mas de uma escolha estratégica de Estado. A compressão continuada dos recursos destinados à ciência e à educação compromete a capacidade do País de responder a emergências sanitárias e climáticas, de formular políticas públicas baseadas em evidências e de sustentar um projeto nacional de desenvolvimento soberano.

Diante desse cenário, a ABC e a SBPC reiteram a necessidade urgente de recomposição orçamentária ao longo da execução da LOA 2026, em especial:

- das bolsas e das ações finalísticas do CNPq;
- do orçamento da Capes, garantindo a continuidade da pós-graduação;
- das Unidades de Pesquisa do MCTI, assegurando condições mínimas de funcionamento.

O que está em jogo não é apenas o exercício orçamentário de 2026, mas a preservação da capacidade científica do Brasil a médio e longo prazos.

Brasília, dezembro de 2025

Academia Brasileira de Ciências (ABC)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)